



CIÊNCIA CIDADÃ, APRENDIZAGEM SOCIAL E MOBILIZAÇÃO INFANTOJUVENIL FRENTE À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA



Leila Maria Vendrametto

Projeto Urbanizar, Instituto Alana

AS experiências recentes de planejamento territorial em áreas vulnerabilizadas da cidade de São Paulo vêm demonstrando que processos de adaptação climática demandam escuta, reconhecimento e construção coletiva. Nesse contexto, o Plano de Bairro do Jardim Pantanal constituiu uma etapa fundamental para consolidar bases sociais, territoriais e políticas capazes de sustentar a formulação posterior de um Plano de Adaptação Climática enraizado na realidade local.

O Plano de Bairro se estruturou como um processo de aproximação entre comunidade e políticas públicas, tendo como base metodológica a participação social. Sua primeira etapa esteve centrada na produção de diagnósticos, na organização dos grupos de trabalho e na mobilização comunitária, permitindo identificar prioridades, conflitos e percepções sobre o cotidiano local. Esse processo revelou um aspecto central: a necessidade de compreender

o território para além das nomenclaturas frequentemente utilizadas por agentes externos, pela mídia ou pelo próprio poder público.

Embora o termo “Jardim Pantanal” seja frequentemente empregado para designar uma ampla porção da várzea leste paulistana, a experiência comunitária demonstra que os pertencimentos territoriais são mais complexos e específicos. Diferentes comunidades se reconhecem a partir de outras denominações, histórias e vínculos locais. Assim, a delimitação territorial realizada no âmbito do Plano de Bairro representou não apenas um recorte cartográfico, mas também um exercício político de reconhecimento das identidades e das formas de pertencimento existentes no território.

Essa construção inicial foi essencial para consolidar a confiança entre os diferentes atores envolvidos e estruturar formas permanentes de participação. Na segunda etapa do Plano de Bairro, esse processo foi aprofundado por meio

da qualificação da incidência comunitária nas políticas públicas. Foram desenvolvidos instrumentos de acompanhamento das ações públicas, incluindo fichas de monitoramento voltadas à participação em audiências e debates institucionais. O objetivo foi ampliar a presença da comunidade nesses espaços e fortalecer sua capacidade de leitura crítica, proposição e acompanhamento das decisões que afetam diretamente o território.

Nesse percurso, a participação de crianças e adolescentes passou a ocupar lugar central. A criação do Comitê Infantojuvenil do Jardim Pantanal, iniciativa do projeto Urbanizar, do Instituto Alana, em parceria com a EMEF Virgílio de Mello Franco, representou um deslocamento importante nas formas de compreender planejamento urbano, adaptação climática e governança participativa. Além de serem um dos grupos mais impactados pela crise climática, crianças e adolescentes passaram a atuar como sujeitos políticos capazes de interpretar o território, formular propostas e participar ativamente da construção de soluções comunitárias.

O Comitê Infantojuvenil consolidou espaços de escuta, mobilização e construção coletiva, permitindo que experiências cotidianas relacionadas às enchentes, à mobilidade, ao brincar, à insegurança territorial e à relação com a natureza fossem incorporadas às estratégias de adaptação climática. A participação infantojuvenil ampliou o alcance do processo participativo ao introduzir perspectivas frequentemente invisibilizadas nas políticas urbanas e ambientais tradicionais.

Ao longo do processo, o Comitê também passou a atuar diretamente em experiências de controle social e formação cidadã, fortalecendo a participação de crianças e adolescentes nos debates sobre políticas públicas e gestão do território. Em parceria com o Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP), por meio do Programa Jovem no Controle Social, estudantes da EMEF Virgílio de Mello Franco participaram de atividades voltadas à compreensão do funcionamento das instituições públicas, fiscalização cidadã e acompanhamento das políticas urbanas e ambientais que impactam diretamente o Jardim Pantanal.

A aproximação entre o Comitê Infantojuvenil, o

Instituto Alana e o TCM-SP amplia a compreensão de controle social para além dos mecanismos institucionais tradicionais, reconhecendo crianças e adolescentes como atores legítimos na produção de diagnósticos, monitoramento das políticas públicas e incidência sobre os rumos do território. Nesse processo, a participação infanto-juvenil deixa de ocupar lugar simbólico e passa a constituir dimensão estruturante da governança participativa local.

É nesse contexto que emerge o Plano de Adaptação Climática. Diferentemente de abordagens centradas exclusivamente em infraestrutura ou gestão de risco, o plano parte da compreensão de que adaptação precisa dialogar com as condições de vida da população e com as capacidades já existentes no território. O processo de adaptação surge como continuidade de uma construção coletiva iniciada anteriormente, agora aprofundada pela atuação do Comitê Infantojuvenil e pela centralidade das infâncias nas estratégias de resiliência comunitária.

O plano incorpora uma perspectiva territorializada da emergência climática, reconhecendo que os impactos ambientais são vividos de maneira desigual nas cidades e que crianças e adolescentes ocupam posição especialmente sensível diante desses eventos. Ao mesmo tempo, reconhece que esses grupos produzem leituras qualificadas sobre o território e possuem capacidade concreta de incidência na formulação de políticas públicas.

O debate sobre perdas e danos amplia essa compreensão territorial da crise climática. Para além dos impactos materiais provocados pelas inundações, as experiências vividas pela comunidade evidenciam perdas relacionadas ao cotidiano, aos vínculos sociais, ao brincar, à permanência escolar, à saúde mental e à sensação de pertencimento ao território. O diálogo sobre a publicação Perdas e Danos: Como podemos cuidar do nosso território para não perder o que amamos? evidencia como eventos climáticos extremos afetam dimensões frequentemente invisibilizadas pelas políticas tradicionais de adaptação climática.

Ao incorporar narrativas e experiências cotidianas das infâncias, o processo demonstra que crianças e adolescentes vivenciam os impactos climáticos, como também produzem leituras

sobre risco, cuidado, mobilidade, convivência e proteção comunitária. A atuação do Comitê Infantojuvenil contribui, assim, para deslocar a adaptação climática de uma abordagem exclusivamente técnica para uma perspectiva centrada na vida cotidiana, na justiça territorial e na defesa das condições de permanência digna nos territórios periféricos.

Entre os elementos mais relevantes desse percurso está a construção de um Plano de Contingência Comunitário desenvolvido com participação ativa dos moradores, incluindo crianças e adolescentes. O processo tem evidenciado como o conhecimento cotidiano produzido pela população possui elevado grau de precisão territorial e constitui ferramenta indispensável para políticas de adaptação mais eficazes, democráticas e territorialmente enraizadas. O Plano de Contingência almeja incluir o Resgate Inclusivo, que é uma iniciativa brasileira focada em garantir a proteção e o salvamento de pessoas com deficiência (PcD) durante desastres climáticos, como inundações, alagamentos e incêndios.

A elaboração coletiva de mapas comunitários de inundação exemplifica essa dimensão. Os moradores passaram a registrar pontos de alagamento e diferentes níveis da água nas ruas, identificando graus variados de impacto sobre circulação, acesso a serviços, permanência escolar e segurança cotidiana. Crianças e adolescentes contribuíram diretamente para esse processo ao traduzirem, a partir de suas próprias experiências, como os eventos climáticos extremos afetam trajetos escolares, espaços de brincar, relações de cuidado e sociabilidade no território.

Trata-se de uma leitura territorial refinada, construída a partir da vivência direta da população e capaz de produzir informações frequentemente ausentes nos instrumentos técnicos convencionais. O processo demonstra que o conhecimento comunitário não deve ser compreendido apenas como complemento ao conhecimento técnico, mas como tecnologia territorial fundamental para políticas públicas mais precisas e socialmente legitimadas.

A experiência do Jardim Pantanal aponta para a necessidade de modelos de adaptação capa-

zes de integrar justiça territorial, proteção das infâncias, controle social e protagonismo comunitário. Nesse processo, a participação infantojuvenil passa a constituir dimensão estruturante da própria formulação das estratégias de adaptação urbana e climática, especialmente em contextos onde a disputa sobre onde é possível habitar com dignidade se torna cada vez mais evidente diante da emergência climática.

Referências

INSTITUTO ALANA. Relatório do Comitê Infantojuvenil do Jardim Pantanal. São Paulo: Instituto Alana, 2025.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL; INSTITUTO ALANA. Plano emergencial e propostas iniciais para o Plano de Bairro do Jardim Pantanal. São Paulo: IABsp; Instituto Alana, 2021.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL; INSTITUTO ALANA. Plano de Bairro do Jardim Pantanal: Fase 1. 1. ed. São Paulo: Instituto Alana, 2022. ISBN 978-65-88653-15-9.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL; INSTITUTO ALANA. Plano de Bairro do Jardim Pantanal: Fase 2. São Paulo: Instituto Alana, 2024. ISBN 978-65-88653-27-2.

PINHEIRO, Sara; TORRES, Ana Cristina; MENEZES, Isabel. Jovens e ação climática: abordagens educativas promotoras da dimensão coletiva da participação juvenil na adaptação climática das suas comunidades. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 19, n. esp. 1, 2024.

VENDRAMETTO, Leila Maria; AVELINO, Laís Cristina Malaquias; TURMENA, Lucas. Perdas e danos: como podemos cuidar do nosso território para não perder o que amamos? São Paulo: Instituto Alana, 2026.